

5. CONCLUSÕES

Desde meados dos anos 90, um processo de consolidação e maior internacionalização da economia brasileira resultou no estímulo ao acesso de novos bancos estrangeiros no Brasil e expressivo aumento de sua participação no patrimônio líquido e ativos totais do mercado bancário¹.

Resultados de diversos estudos de casos realizados em diferentes países, vários desses apresentados neste trabalho, evidenciam que a presença de bancos estrangeiros no mercado doméstico dinamizam o mercado e são, de certa forma, responsáveis pelo aumento da oferta de crédito, pela redução das taxas de rentabilidade e do *spread* e pelos ganhos de eficiência operacional nos bancos domésticos, basicamente em função do acirramento da concorrência.

Gradilone (2003, p.40) comenta que “um relatório da consultoria americana McKinsey previa um período difícil para os bancos brasileiros - *os bancos estrangeiros têm vantagens sobre os nacionais porque sabem trabalhar numa economia estável e são melhores ao emprestar dinheiro* – dizia o relatório publicado em 1998. Esse tipo de afirmação reforçava a idéia generalizada de que, submetidas à pressão de concorrentes globais muito maiores, mais atualizados tecnologicamente e com inesgotáveis estoques de capital à disposição, às instituições nacionais de varejo só restava buscar comprador para não ser devoradas”.

Ao contrário desse senso comum, os testes conduzidos neste trabalho, cujo resumo encontra-se disposto na tabela 23, demonstraram que o aumento da presença de bancos estrangeiros no mercado brasileiro teve pouca influência na *performance* dos bancos privados nacionais. Excetua-se a Rentabilidade e a Eficiência Operacional, em que é evidenciada correlação positiva com a entrada dos bancos estrangeiros,

¹ Aproximadamente, 22% de aumento na participação dos ativos totais no período de 1995 a 2001, como pode ser observado em Banco Central do Brasil (Evolução do Sistema Financeiro Nacional - Relatório Anual de Dezembro de 2001 - Quadro 27).

contrariando a literatura empírica comumente aceita e a Provisão para Perdas, cuja entrada ensejou a necessidade de aumento dessas reservas.

Tabela 1 – Resumo dos resultados obtidos para as variáveis da *performance* bancária frente ao aumento da presença de bancos estrangeiros

Variável	Regressão 1		Regressão 2		Regressão 3		Regressão 4	
	Sinal do Coef. de Regressão	Nível de Signif.	Sinal do Coef. de Regressão	Nível de Signif.	Sinal do Coef. de Regressão	Nível de Signif.	Sinal do Coef. de Regressão	Nível de Signif.
Rentabilidade	Positivo	48,5%	Positivo	53,2%	Positivo	8,5%	Positivo	10,7%
<i>Spread</i>	Negativo	61,9%	Negativo	88,8%	Negativo	20,8%	Negativo	25,7%
Oferta de Crédito	Negativo	31,1%	Positivo	31,9%	Positivo	93,6%	Positivo	77,5%
Eficiência Operacional	Positivo	5,0%	Positivo	14,9%	Positivo	19,1%	Positivo	41,7%
Risco	Positivo	4,7%	Positivo	4,7%	Positivo	7,5%	Positivo	11,2%

Fonte: Construído pelo autor.

Os trabalhos já realizados no Brasil, que corroboram os resultados encontrados de forma empírica neste estudo, apontam que a entrada dos bancos estrangeiros não alterou de forma significativa as condições de crédito e de prestação de serviços financeiros às empresas no país. Pelo contrário, uma possível ilação baseada nos dados disponíveis² é a de que os bancos estrangeiros tenham se adaptado às condições de mercado preexistentes e tenham se comportado de forma muito semelhante aos seus concorrentes brasileiros.

Carvalho (2002) conclui que a larga entrada de bancos estrangeiros na economia brasileira a partir de 1996 não alterou o setor financeiro, não resultou em maior oferta de crédito com taxas menores e, por fim, não ensejou inovações financeiras. Na realidade, esses bancos tiveram as mesmas oportunidades de lucro que os bancos nacionais tiveram negociando com a dívida pública. Carvalho (2002) ainda ressalta que, se houve diferença de conduta entre bancos nacionais e estrangeiros, esta reside no fato de que a movimentação financeira com títulos públicos, realizada pelos bancos estrangeiros, foi fonte de renda mais importante do que o de seus concorrentes nacionais para a formação da lucratividade.

² Como em Paula (2002), Carvalho (2002), Carvalho *et al* (2002) e Vasconcelos e Fucidji (2003)

Ademais, também não foi evidenciada a existência, nesses estudos, de que os bancos estrangeiros tivessem o intento de disputar mercado no Brasil, que essencialmente deveria ter sido expresso na adoção de políticas agressivas de redução do custo do crédito ou na ampliação da oferta em condições mais ousadas que as dos bancos nacionais.

Por fim, Belaisch (2003) conclui em seu trabalho a respeito da competitividade bancária no Brasil, que a baixa disposição dos bancos para a oferta de crédito é explicada não só pelas questões de que o risco de crédito sempre foi alto durante décadas de reformas estruturais na economia e que bancos tiveram a oportunidade de reduzir seus riscos, investindo em títulos públicos como uma alternativa rentável e de menor risco para os bancos privados, mas sim, por outro fator, comprovado no seu trabalho por fatos e por investigação empírica, que é de que os bancos brasileiros comportam-se de forma oligopolista.

Cumprе ressalvar que, conforme indicado no item 3.8. – Limitações do método e da pesquisa – e baseado nas ponderações de Carvalho *et al.* (2002), embora os resultados encontrados neste trabalho são indicadores absolutamente relevantes para a análise do desempenho dos bancos privados nacionais frente ao aumento da presença estrangeira no mercado bancário nacional. Entretanto devem ser utilizados com cautela, pois não podemos assegurar que esse resultado represente tendência para o futuro. Essa ressalva é sustentada nas advertências acerca do curto prazo decorrido da liberalização do mercado e seus efeitos; sobre as condições e formas da entrada dos bancos estrangeiros no mercado; e ainda sobre o instável e adverso cenário econômico que se fez presente no Brasil nesse período.

Pelas mesmas razões supracitadas, apesar de confirmado que no Brasil a entrada dos bancos estrangeiros não produziu os efeitos comumente apresentados em outros países, também é desprovida de fundamento a afirmação intempestiva de que a política “liberalizante” adotada pelo governo brasileiro no período de 1995 a 2002 é inócua no sentido de produzir aumento da oferta de crédito no mercado brasileiro e redução de taxas de *spreads*, que são vitais para o crescimento sustentável da economia, *vis-à-vis* o

aumento da concorrência em função da ampliação da participação de bancos estrangeiros no mercado.

É preciso contextualizá-la, particularmente, com relação às crises externas e no fato de que o êxito do controle da maxi-inflação chamou à baila políticas fiscais austeras e elevadas taxas de juros que dominaram as práticas políticas no interregno deste estudo, como subsídios para manutenção de uma balança de pagamento positiva que possibilitasse o financiamento da economia.

Nesse sentido, Carvalho (2002) pondera que o preço da estratégia de estabilização adotada em 1994, que teve grande sucesso na redução da inflação, foi a maior vulnerabilidade da econômica. Nesse período, a taxa de juros foi um importante instrumento na estabilização da balança de pagamentos.

Carvalho (2002) então conclui que em um ambiente de instabilidades internacionais, que foi experimentado desde meados dos anos 90, o empréstimo dos bancos ao governo, através de aquisição de títulos públicos, foram muito mais promissores, em termos de rentabilidade e risco, do que o crédito ao setor privado. Todavia, é esse mesmo elemento que pode ter inibido os bancos estrangeiros a aturem no papel esperado.

Ainda reside, portanto, a expectativa de que com a retomada do crescimento econômico interno e externo, ultrapassada a fase de absorção das estruturas adquiridas, legados trabalhistas³ e completa adaptação dos bancos estrangeiros ao mercado brasileiro, os bons efeitos preceituados por Levine (1996) para o mercado doméstico após a entrada de bancos estrangeiros, sejam de fato constatados.

É importante ressaltar que a pesquisa realizada, em nenhum momento, teve a pretensão de esgotar esse tema que é de grande amplitude e pode ser observado de diversos ângulos, mas sim de dar sua contribuição para a compreensão do fenômeno da liberalização de mercados domésticos para a entrada de bancos estrangeiros e seus efeitos e impactos, através do estudo do caso brasileiro.

Várias são as sugestões para estudos posteriores a serem realizados nessa área, dentre as quais:

- (i) Aumentar o intervalo da amostra, a fim de verificar o comportamento destes mesmos atributos em um horizonte mais amplo, haja vista que o processo de liberalização do mercado é recente;
- (ii) Inclusão / exclusão de variáveis no modelo com a finalidade de aumentar o seu poder explanatório, sem que haja, no entanto, aumento da autocorrelação dos resíduos;
- (iii) Inclusão de novos bancos na amostra, de forma que esta reflita com maior acurácia o universo dos bancos privados nacionais;
- (iv) Estudo de mecanismos alternativos para mensurar o grau da participação dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro; e
- (v) Analisar o impacto da entrada de bancos estrangeiros estratificados por segmentos bancários específicos, como conduzidos por Clarke *et al* (1999) onde é comprovado que a influência de bancos estrangeiros é superior em alguns tipos de *portfolios* de empréstimos em que bancos estrangeiros possuem maior domínio, como a da indústria manufatureira.

³ Como a do HSBC que herdou 7.000 processos trabalhistas, conforme Gradilone (2003, p.45)